

Raul Pilla e o referendo de 1963

Paulo Eduardo Fasolo
Klein¹



Raul Pilla and
the 1963
referendum

¹ Mestrando em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). E-mail: nome@email.com.

Resumo

Em janeiro de 1963, um referendo seria realizado no Brasil para que a população decidisse pela continuidade ou não do parlamentarismo adotado no país desde 1961. Este trabalho abordará o posicionamento do autor da emenda constitucional que implantou o regime de gabinete no país, o deputado federal gaúcho Raul Pilla do Partido Libertador (PL). Histórico defensor do sistema de governo, Pilla optaria por não defender a manutenção do parlamentarismo nas condições em que vinha sendo regido naquele pouco mais de um ano em que vigorou.

Palavras-chave: Referendo de 1963; Raul Pilla; Parlamentarismo.

Abstract

In January 1963, a referendum would be held in Brazil for the people decide whether or not to continue the parliamentarism adopted in the country since 1961. This article is about the position of the author of the constitutional amendment that implemented the cabinet system in the country, the Gaucho federal deputy Raul Pilla of the Libertador Party (PL). Historical defender of the government system, Pilla would choose not to defend the maintenance of parliamentarism under the conditions in which it had been governed during over a year since it had been implemented.

Keywords: 1963 Referendum; Raul Pilla; Parliamentarism.

Introdução

Em 1960 um novo presidente da República é eleito. Desde o fim do Estado Novo em 1945, essa era a quarta eleição direta para o cargo máximo da nação, mas naquele ano uma novidade saía das urnas. Jânio Quadros não pertencia ao bloco nacional-reformista de herança varguista que elegera os três presidentes anteriores, representando uma quebra da sucessão de vitórias que o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) vinham colhendo na majoritária federal. Quadros havia disputado a eleição pelo pequeno Partido Trabalhista Nacional (PTN), tendo como grande apoio a União Democrática Nacional (UDN), com seu perfil liberal, antivarguista e histórico de atuações antidemocráticas.

Tomando posse no início de 1961, Quadros teria uma curta passagem pela presidência. Inicia o mandato com orientações liberais no campo econômico, instituindo medidas de austeridade enquanto sua agenda para a política externa surpreende grande parte de seus apoiadores por sua independência. Com o passar dos meses, as medidas anti-inflacionárias não funcionam e Quadros passa a se aconselhar com setores desenvolvimentistas. Sua Política Externa Independente (PEI) reataria relações diplomáticas com países do leste europeu e inicia tratativas de entendimento com a União Soviética, preocupando os Estados Unidos, ainda impactados com a recente Revolução Cubana. A pressão sobre Jânio Quadros aumenta no Brasil e ataques se iniciam vindos de seus antigos aliados da UDN, representados principalmente pelo governador da Guanabara Carlos Lacerda, descontente com a posição do presidente em relação aos países comunistas.

As críticas de Lacerda procuravam desgastar o presidente perante a classe média e os militares, mas a questão seria resolvida repentinamente em 25 de agosto de 1961, já que Jânio Quadros renuncia de forma inesperada. Não havia sinais de que tal atitude pudesse ocorrer e o país é pego de surpresa. Prontamente o Congresso Nacional aceita a renúncia e com tal atitude, o caminho constitucional seria a posse do vice-presidente João Goulart do PTB. Entretanto, o mesmo se encontrava em viagem à China comunista e não poderia assumir a presidência de imediato. Antes que isso acontecesse, os ministros militares anunciam a “inconveniência” de Goulart assumir a cadeira de presidente, pois consideravam o político um risco para a segurança nacional ao acusá-lo de agitar os meios operários e ter ligações com o comunismo internacional. Uma resistência ao movimento dos

militares é organizada, principalmente com o governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola conclamando a população a resistir ao golpe em curso. O risco de uma guerra civil era iminente. Assim como toda a população brasileira, os militares e setores golpistas foram surpreendidos pela atitude repentina de Jânio Quadros e não estavam suficientemente organizados para concretizar seu intento de impedir a posse de Goulart. A mobilização a partir do sul foi mais efetiva e após os eventos do que ficaria conhecido como Movimento ou Campanha da Legalidade, João Goulart toma posse como presidente em um regime parlamentarista, solução encontrada no Congresso para acomodar as forças políticas de então com alguma normalidade constitucional. Os militares e setores conservadores aceitavam a posse de Goulart, mas com os poderes reduzidos, já que no regime de gabinete, a atuação do presidente tem limites menos abrangentes do que no presidencialismo².

O projeto de emenda constitucional que foi utilizado pelo Congresso para instaurar o parlamentarismo no Brasil fora proposta pelo deputado gaúcho Raul Pilla do Partido Libertador (PL). Protocolado dias antes da renúncia de Quadros, o projeto utilizado em 1961 era a quarta vez que o político tentava a substituição do presidencialismo desde a Assembleia Constituinte de 1946 (MADURO, 1988, p. 100), momento em que também houve a tentativa de implantação do regime de gabinete no Brasil por Pilla. A Emenda Constitucional nº 4 de 2 de setembro de 1961³ possuía 25 artigos, sendo que o último previa a realização de uma consulta plebiscitária sobre a manutenção do sistema parlamentarista. A votação deveria ocorrer nove meses antes do fim do mandato presidencial, o que ocorreria em janeiro de 1966. Embora Goulart e seus apoiadores tenham aceitado a solução casuística do parlamentarismo, articula desde a cerimônia de posse para que o plebiscito seja antecipado (ALMEIDA, 1995, p. 131). Nos meses que se seguem, diversas ações do presidente indicam que ele procurou desgastar o regime e com

² Em um sistema presidencialista, os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) são separados e independentes entre si, com o titular do poder Executivo reunindo a chefia de Estado e governo. Por sua vez, no parlamentarismo, a separação dos poderes também ocorre, mas é necessária uma integração orgânica entre Executivo e Legislativo, já que o gabinete de ministros é formado a partir do parlamento nacional, cujas votações serão orientadas justamente pelo programa de governo do gabinete. Há a separação entre o chefe de Estado e de governo, tendo o primeiro normalmente funções simbólicas e representativas (CINTRA, 2015, p. 41).

³ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1960-1969/emendaconstitucional-4-2-setembro-1961-349692-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 fev. 2021

pressão constante sobre o Congresso, em setembro de 1962 consegue a antecipação do referendo⁴, sendo agendado para 6 de janeiro de 1963.

Esse trabalho abordará o posicionamento do deputado Raul Pilla no momento da votação do referendo que iria decidir sobre o sistema de governo no início de 1963. Histórico defensor do parlamentarismo no Brasil, Pilla escrevia regularmente para jornais e entre eles, o *Correio do Povo* de Porto Alegre, no qual era publicada sua coluna *Microscópio*, onde expressava suas opiniões sobre a política nacional.

O Partido Libertador e Raul Pilla

O partido ao qual Raul Pilla era filiado tinha uma antiga tradição parlamentarista. O Partido Libertador havia sido fundado em 1928 no Rio Grande do Sul durante a Primeira República, quando as legendas eram regionais e suas propostas geralmente ficavam circunscritas ao estado de origem. O PL se organiza a partir de antigos federalistas e dissidências do poderoso Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), legenda que desde a proclamação da República vinha dominando o estado com a ditadura castilhistaborgista de inspiração positivista. Em um tempo em que as eleições eram marcadas por fraudes para garantir a continuidade do governo e as disputas políticas locais frequentemente acabavam em violência, a tensão política no estado deflagrou dois conflitos armados: a Revolução Federalista (1893-1895) e a Revolução de 1923, tendo o primeiro desdobramento inclusive fora do estado. Em ambos os casos, entre os integrantes dos revoltosos estavam grupos que defendiam a implantação do parlamentarismo no estado e em um segundo momento, também no Brasil. Estes associavam o governo do PRR à tirania e opressão, principalmente por meio da Constituição Estadual de 1891, que concentraria poder demais nas mãos do presidente do estado. Entre outras prerrogativas, o Poder Executivo tinha o poder de elaborar leis, deixando o Poder Legislativo apenas com funções orçamentárias e totalmente subordinado ao presidente do estado (TAUFER, 2008, p. 26).

Em 1922, Borges de Medeiros lança seu nome pela quinta vez para disputar o governo do estado. Em oposição é formada a Aliança Libertadora, reunindo os

⁴ Existe uma diferença formal entre plebiscito e referendo, sendo o primeiro convocado antes da decisão a ser tomada, enquanto o segundo é realizado após um ato do governo para que este seja aprovado ou não pela população. Como as fontes usadas não seguem à risca essa diferenciação, por vezes também as usaremos como sinônimos.

federalistas e dissidentes republicanos. Entre eles estava o veterano Joaquim Francisco de Assis Brasil que encabeçaria a chapa contrária ao PRR. Novamente as fraudes eleitorais garantiram a vitória de Medeiros, que toma posse no início de 1923. O novo mandato desencadeia o conflito armado daquele ano e com a paz assinada no Tratado de Pedras Altas, Medeiros se comprometeria a cumprir o último mandato até 1928 e não concorrer mais ao governo do estado. Os integrantes da Aliança Libertadora seguem com a coligação nas eleições dos anos de 1924 e 1927 e reconhecendo o bom entrosamento, decidem formalizar a constituição de um novo partido no Congresso de Bagé de 1928. O PL nascia liderado por Assis Brasil e após discussões programáticas, decidem que a bandeira do parlamentarismo seria levantada quando o momento fosse oportuno. Além de Assis Brasil, uma jovem liderança que participara da Aliança Libertadora desde o início também ingressava nos quadros do partido.

Raul Pilla nasceu em Porto Alegre em 1892. Seu interesse pela causa parlamentarista se inicia ainda como estudante de ginásio, influenciado pelo professor de História Apeles Porto Alegre ao estudar a democracia representativa na Inglaterra. Outra inspiração constante na vida de Pilla foi Gaspar Silveira Martins, senador liberal rio-grandense na época do Império e cuja atividade nos anos republicanos incluiu a luta pela adoção do parlamentarismo no país. Para isso, fundaria o Partido Federalista em 1892 e seria a principal liderança intelectual do levante federalista que perdurou entre 1893 e 1895. Em 1909, aos 17 anos, Raul Pilla ingressa no partido fundado por Gaspar Martins, onde seria escolhido como secretário geral do Diretório Central do Partido Federalista, revelando desde cedo sua inclinação para a política.

Pilla se forma médico pela Faculdade de Medicina de Porto Alegre em 1916, onde mais tarde também exerceria a docência e participaria de pesquisas relacionadas à fisiologia. Na eleição de 1922 para o governo do estado, estreia na cena política pública ao escrever manifesto defendendo a candidatura de Assis Brasil. Com a vitória de Borges de Medeiros e o início do conflito que se seguiu em 1923, Pilla participa ativamente da Revolução de 1923 (LEMOS, 2010). Após Medeiros deixar o poder, o PRR ainda teria o próximo presidente do estado, de perfil mais conciliador. Getúlio Vargas é eleito e consegue pacificar o Rio Grande do Sul a ponto de formar a Frente Única Gaúcha (FUG), composta pelos antigos adversários

PRR e PL, para disputar a presidência da República em 1930. Com a vitória do paulista Júlio Prestes, explode a Revolução de 1930, que derruba o presidente Washington Luís e conduz Vargas ao poder.

Dentro do PL, duas propostas são levantadas no diretório central para o destino do país. Raul Pilla propõe que uma junta militar fosse formada e convocasse eleições para uma assembleia constituinte em três ou quatro meses. Por sua vez, Assis Brasil defende que Vargas seja conduzido ao poder como chefe de um governo provisório. Realizada a votação, a segunda proposta sairia vitoriosa. O apoio de Assis Brasil garantiria ao político sua indicação ao Ministério da Agricultura, deixando a presidência do PL para que Raul Pilla a ocupasse (BUENO, 2006, p. 100). Pilla não confiava em Vargas e tão logo ficou claro que o chefe do governo provisório não convocaria uma assembleia constituinte, apoia a causa iniciada pelos revoltosos paulistas em 1932. Novamente envolvido com um conflito armado, Pilla estava no Uruguai buscando armas para apoiar o levante contra Vargas no Rio Grande do Sul quando acaba se exilando no país vizinho para fugir da prisão. Voltaria somente em 1933 e uma vez anistiado, seria o único deputado constituinte pelo PL eleito para elaborar a Carta Estadual de 1935. Também seria nomeado secretário da agricultura em 1936 no governo de Flores da Cunha. Com a instauração da ditadura do Estado Novo, o PL é extinto junto com os demais partidos políticos e Pilla opta por retirar-se da vida pública.

Uma nova vida partidária começa a ser reorganizada no fim do período ditatorial iniciado em 1937. A demanda por democracia aumenta no país com o combate ao nazifascismo na Europa e pressão sobre o regime estadonovista obriga Vargas a promover uma transição de regimes. Nomeia Agamenon Magalhães como ministro da Justiça para instituir uma Justiça Eleitoral e elaborar lei que regulamentasse a formação de novos partidos. O novo código eleitoral promulgado em maio de 1945 ficaria conhecida como Lei Agamenon e exigia que os partidos tivessem amplitude nacional, com registro em pelo menos cinco estados brasileiros e assinatura de dez mil eleitores aprovando a criação da legenda. Tal característica rompia com a prática da Primeira República, quando as legendas tinham limites estaduais e fortaleciam as oligarquias locais (DELGADO, 2008, p. 134). Nesse contexto, o PL volta a ser organizado e é registrado em setembro de 1945, tendo Pilla novamente como líder e mantendo a defesa pelo parlamentarismo.

Se no plano nacional, a UDN era a principal força antigetulista no período que iniciava, no Rio Grande do Sul esse papel foi dividido entre o PSD e o PL. Ainda que nascido varguista, o PSD gaúcho rompe com Vargas na eleição para o governo do estado de 1947, quando o ex-ditador declara apoio a Alberto Pasqualini do PTB em detrimento a Walter Jobim, candidato pessedista que acaba ganhando o pleito. Por sua vez o PL em seu novo período é definido por Miguel Bodea (1992, p. 18) da seguinte forma:

O PL era um partido essencialmente gaúcho e ocupou, no cenário local, uma boa fatia do espaço que, em nível nacional, seria ocupado pela UDN. Tratava-se de um partido elitista, liberal, visceralmente antigetulista, que transformaria a luta pelo parlamentarismo na sua principal plataforma doutrinária. Ao nível regional, o PL levava uma grande vantagem sobre a UDN: era portador de uma longa tradição política, cultural e até militar (As Guerras Civis de 1893-95 e 1923) que remontavam aos federalistas dos anos 1890 e aos libertadores da era Borges de Medeiros (1903-28). Com esse cacife, o PL suplantaria a UDN em força eleitoral já a partir das eleições estaduais de 1947.

A nova liderança de Pilla do partido ilustra as continuidades que o partido mantém em suas propostas. Quanto à caracterização de ser um partido regional, Anderson Torres (2020) demonstra que o PL vinha conseguindo se colocar no campo político nacional, ramificando sua atuação em diversos estados e formando bancadas relevantes na Câmara dos Deputados, nas assembleias estaduais e câmaras municipais. Não conseguiria a mesma projeção dos três principais partidos do período da experiência democrática (1945-1964), PSD, PTB e UDN, mas desenvolveu estratégias de coligações partidárias que trouxeram relevância à legenda dentro do bloco antigetulista.

Nesse momento em que o Brasil estava reorganizando a vida partidária e política, Raul Pilla havia sido eleito deputado federal em 1946, único representante do PL na Câmara Federal. Os deputados eleitos naquele ano primeiro se reuniram para elaborar um novo texto constitucional e prontamente Pilla levanta a causa do parlamentarismo na Constituinte. Pilla apresenta aos deputados um ensaio de José Maria dos Santos e pede que seja incluído nos registros dos trabalhos da assembleia. O texto seria conhecido mais tarde como “Manifesto Parlamentarista”, no qual o autor chama a atenção para a tentativa de impor o presidencialismo ao país, sistema de governo que rumaria a uma nova ditadura como ocorrera no período 1937-1945, fruto natural do governo estabelecido pela Carta de 1891.

Somente o parlamentarismo poderia garantir a troca de governantes em caso de negligência, falta ou erro. O sistema parlamentar seria a mais moderna experiência civilizada e colocaria o Brasil em um regime democrático que repudiaria o governo pessoal (PAIXÃO; BARBOSA, 2013, p. 48). A proposta de uma constituição parlamentarista não consegue o número de assinaturas suficientes para ser apreciada e o texto final é promulgado como presidencialista.

No Rio Grande do Sul, a primeira bancada libertadora na Assembleia Legislativa após da queda do Estado Novo foi composta por 5 deputados, a terceira maior atrás de PTB e PSD com 23 e 16 cadeiras respectivamente. Mas ainda que o PL tenha nascido crítico ao projeto getulista de país, um acordo entre as bancadas do PTB varguista e do PL durante a Constituinte Estadual de 1947 permite que seja promulgada uma Carta Magna de clara formatação parlamentarista. A combinação das duas bancadas garantia a maioria na Assembleia e com tal coligação em um sistema parlamentarista, os rumos do estado seriam regidos pelos deputados trabalhistas e libertadores e não pelo governador Jobim. O arranjo não duraria muito tempo, pois o Supremo Tribunal Federal acabaria declarando a inconstitucionalidade do texto, obrigando o Legislativo gaúcho a votar emenda que o tornasse compatível com os princípios estabelecidos pela Constituição Federal, elaborada no ano anterior.

Pilla seria reeleito deputado federal nas sucessivas legislaturas do período 1945-1964⁵, apresentando novos projetos de emenda parlamentarista nos anos de 1948, 1954 e 1956 e conseguindo assinaturas para que o projeto tramitasse no Congresso, mas em nenhuma dessas ocasiões o parlamentarismo é aprovado pelos deputados⁶.

Raul Pilla: um profissional da política

⁵ Em 1949, Pilla lança a obra *Catecismo Parlamentarista*, destinada a explicar aos leitores o que é democracia, presidencialismo, parlamentarismo e as vantagens e defeitos dos dois sistemas. Pilla considerava o sistema parlamentar uma forma mais evoluída de democracia representativa, na qual o poder dos antigos regimes absolutistas foi completamente transferido ao povo, restando ao monarca o papel um chefe de Estado como símbolo vivo da nação. No sistema presidencialista, essa evolução não teria sido completa, acumulando o presidente o papel tanto de chefe de Estado como de governo. Na visão de Pilla, no presidencialismo, o Congresso pouco poderia fazer diante do Executivo devido à independência de poderes, permitindo com que o presidente tivesse ampla possibilidade de atuação em benefício próprio (PILLA, 1992, p. 19).

⁶ Raul Pilla e o Afonso Arinos de Melo Franco travariam relevantes debates no Congresso Nacional a respeito do sistema de governo para o país. Durante as votações dos projetos de emenda parlamentaristas nos anos 1940 e 1950, Franco defenderia o presidencialismo, mas na parte final sua carreira política mudaria de posição e se “converte” ao parlamentarismo. Ver (FRANCO, 1999).

Segundo o sociólogo Pierre Bourdieu, o campo político é o espaço onde se geram, na concorrência entre os agentes envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos e estruturam o campo de forças e lutas em dado momento. A produção de expressões políticas é monopólio dos profissionais políticos, sendo regidos e limitados pelo funcionamento do campo, cabendo aos cidadãos comuns o papel de “consumidores” do produto produzido (BOURDIEU, 1989, p. 164). A luta que contrapõe os profissionais do campo é travada para que a própria visão do mundo social seja mantida ou transformada, conforme a configuração dada no momento. Dentro das democracias parlamentares, a luta inclui conquistar a adesão dos cidadãos, principalmente com seu voto, para que a distribuição de poder seja mantida ou alterada. Para ingressar no campo e se manter uma força relevante no confronto interno, o agente precisa de um montante de capital⁷ acumulado. Com isso, enfrenta a constante disputa, já que alterações no equilíbrio interno sempre ocorrem em face das estratégias usadas por seus componentes para disputar posições com maior destaque. Raul Pilla foi um profissional da política. Ingressou jovem na Aliança Libertadora e começa a acumular capital político desde cedo com sua atuação, inclusive pegando em armas para defender suas crenças e propagar as propostas dos libertadores. Mas além da medicina, docência, pesquisa e política, Pilla atuaria também como jornalista, compondo outra forma importante de capital cultural que seria convertido constantemente em capital político.

Em 1º de março de 1925, Pilla ajuda Leonardo Truda a fundar o *Diário de Notícias* em Porto Alegre, com quem dividiria a responsabilidade pela redação (DE GRANDI, 2005, p. 21). Mesmo após a venda do *Diário* para o empresário da comunicação Assis Chateaubriand em 1930, continuaria a contribuir com textos semanais para o periódico. Anos depois da criação do *Diário de Notícias*, o Partido Libertador é fundado como já citado, sendo inaugurado também em Porto Alegre seu órgão oficial de imprensa em 1929. O *Estado do Rio Grande* teve Pilla em sua direção e para o qual escreveria com frequência os editoriais. A prática política da Primeira República incluía a fundação de jornais pelos partidos para a propagação

⁷ Entendendo-se por capital não somente posses econômicas, mas também um conjunto de bens culturais, sociais e simbólicos que podem ser conversíveis entre si. A quantidade e qualidade do capital de um agente determinará sua posição dentro da estrutura do campo, que é fluída e maleável (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 39).

de suas ideias em um momento em que a comunicação era difícil a longas distâncias. Segundo Rüdiger (1998, p. 37), na Primeira República:

Os periódicos formavam lideranças e criavam o consenso partidário; permitiam aos partidos intervirem homoganeamente na esfera pública; sustentar as campanhas eleitorais e criar um espaço comum para a discussão dos problemas da sociedade civil. [...] constituíam-se, ao mesmo tempo, para superar as dificuldades de comunicação, e manter a unidade do partido.

N'O *Estado do Rio Grande*, Pilla podia disseminar as posições do partido, explicitando o perfil liberal-conservador do partido. As notícias versavam principalmente sobre questões político-administrativas, além de publicar textos ligados ao comércio, indústria e agropecuária. Movimentos sociais tinham pouca cobertura e quando apareciam, eram sob uma ótica conservadora (TAUFER, 2008, p. 52). Ao longo de sua vida, Pilla também publicaria textos n'O *Globo* do Rio de Janeiro e teria trabalhos de medicina publicados em revistas especializadas (BUENO, 2006, p. 45). No tradicional *Correio do Povo*, manteria a coluna *Microscópio* por anos, onde o político buscava associar o funcionamento da sociedade com o corpo humano e como médico, examinaria de perto as doenças com o instrumento ótico do título.

Analisando a política nacional: a coluna *Microscópio* e o referendo de 1963

O *Correio do Povo* foi fundado em Porto Alegre em 1895 por Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior⁸. Com o estado recém saído da guerra fratricida iniciada dois anos antes, o clima era favorável para o surgimento de uma folha que não tivesse seu foco na política, mas em notícias do cotidiano. Seu conteúdo editorial não se diferenciava de outros periódicos surgidos na mesma época, sendo o modelo empresarial que seu dono havia assumido diante do negócio o principal fator para a sua prevalência nos primeiros anos do século XX. O *Correio* foi um dos representantes da nova fase da imprensa brasileira, na qual os periódicos passaram a se organizar em moldes capitalistas de organização empresarial e não dependiam

⁸ Em sua fundação, o *Correio do Povo* se declara independente e sem ligação com grupos políticos. Algumas exceções podem ser apontadas, como durante os anos 30, em que se coloca ao lado do presidente Vargas em seu conflito com o governador Flores da Cunha. Seus textos escritos de forma objetiva dariam a impressão de neutralidade nos eventos reportados, mas a estratégia do *Correio* para se posicionar passaria mais pela omissão de comentários positivos do que críticas diretas ao objeto da notícia. Luiz Alberto Grijó (2011, p. 57) identifica o periódico como um jornal conservador em um amplo sentido do termo.

do financiamento de partidos políticos para sua manutenção. Sua consolidação no mercado se daria com a ditadura do Estado Novo, que proibiu partidos políticos e suspendeu seus órgãos de imprensa, forçando a transformação do conteúdo político para noticioso daqueles que tivessem interesse em manter a circulação (RÜDIGER, 1998, p. 73). O *Correio do Povo* chegava aos anos 1960 como o principal jornal do Rio Grande do Sul, com tiragem diária estimada em sessenta mil exemplares. Ter uma coluna publicada no *Correio do Povo* dava visibilidade a Raul Pilla. Deputado federal desde 1946, sendo reeleito repetidamente para o cargo até o rompimento de 1964, Pilla contava com o espaço para suas análises da política nacional e projetar suas ideias, convertendo assim seu capital cultural em político e vice-versa. A coluna *Microscópio* era publicada na página 4, a mesma em que constava o editorial do jornal e outros textos opinativos, indicando a importância que o jornal dava para seu autor.

Quando João Goulart assume a presidência em setembro de 1961, encontra o Brasil assolado pela crise financeira, tensionado por militares insatisfeitos e demandado pelas esquerdas que clamavam pelas reformas de base. Seu primeiro gabinete em um sistema parlamentarista foi considerado de conciliação nacional ao ser composto por ministros do PSD, PTB e UDN e chefiado por Tancredo Neves. Os primeiros meses de Goulart no poder foram para consolidar sua posição política, viajando aos Estados Unidos para convencer os norte-americanos de sua posição democrática, anticomunista e conseguir empréstimo junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI). A crise financeira continuaria a assolar o país nos meses seguintes sem que o governo conseguisse consenso no Congresso para implantar as reformas pretendidas, principalmente a agrária e as esquerdas passam a pressionar com greves e manifestações de rua. Sentindo-se sem condições de governar no parlamentarismo, Goulart apressa as manobras para que o presidencialismo volte a vigorar no Brasil (FERREIRA, 2003, p. 357). A falta de tradição parlamentarista entre os partidos brasileiros e suas lideranças fazia com que o Congresso ainda atuasse tendo como referência um arcabouço institucional presidencialista. Assim, o Legislativo e o Conselho de Ministros frequentemente entravam em conflito, sendo o Gabinete permanentemente influenciado pelo presidente. Os ministros acabavam se considerando copartícipes do governo e não os principais expoentes, condição esperada em um sistema parlamentarista

(ALMEIDA, 1995, p. 132). Meses depois, o Gabinete de Tancredo Neves renunciaria, sob o pretexto de concorrer às eleições de outubro de 1962, mas também como manobra de Goulart para mostrar o sistema parlamentarista como inviável no Brasil.

O segundo Gabinete do parlamentarismo republicano brasileiro foi comandado por Francisco de Paula Brochado da Rocha a partir de julho de 1962, recebendo de Goulart a missão de domar a inflação e conseguir a antecipação da consulta plebiscitária sobre a manutenção ou não do parlamentarismo. Rocha pediria ao Congresso poderes para legislar sobre assuntos estratégicos como petróleo, mineração, assuntos financeiros e temas relacionados ao campo e reforma agrária. Também pediria para que o referendo fosse realizado juntamente com as eleições de outubro próximo. Depois da segunda negativa por parte do Congresso em delegar poderes ao governo, o Gabinete Rocha renuncia após pouco mais de dois meses. Naquele momento, diversas forças políticas já se mostravam descontentes com os rumos do país e em agosto, os ministros militares pedem a antecipação do plebiscito. Setores nacionalistas do Exército, movimentos sindicais, as esquerdas e mesmo grupos conservadores concordam em adiantar a data da votação. Pressionado, em 16 de setembro de 1962 o Congresso aprova a antecipação e marca para o dia 6 de janeiro de 1963 a data do referendo.

Raul Pilla escreveria em 27 de setembro em sua coluna no *Correio do Povo* sobre a antecipação do referendo. O político inicia o texto afirmando que a mudança de data é inconstitucional e que “nada justifica semelhante manifestação popular direta: nem o regime, que é democrático puramente representativo; nem a nossa história política, na qual não consta nenhum plebiscito, [...]”. Pilla se pergunta por que o detentor do poder não pode esperar pelos meses estipulados na emenda constitucional e indica que Goulart estaria exercendo o poder quase de maneira plena como em um presidencialismo, o que só ocorre pela subserviência de homens acostumados à servidão presidencialista. Seguindo na coluna, Pilla afirma que o parlamentarismo, mesmo deturpado e maltratado pelo presidente ainda não serve a seu poder pessoal e se não pode tolerado por dois ou três anos, é sinal de que o parlamentarismo é um bom sistema de governo e incompatível com o caudilhismo latino-americano. Finalizando o texto, o autor reafirma que parlamentarismo é bom e

irá votar por ele no “açodado referendo de 6 de janeiro”, assim como deveria fazer o eleitor bem avisado⁹ (PILLA, 1962a, p. 4).

Em 30 de dezembro, Pilla (1962b, p. 4) inicia sua coluna com uma ponderação. “Alega a propaganda oficial, única que se vê e se ouve, que o plebiscito e a esperada regressão ao presidencialismo resolverão a crise política”. Segundo o autor, a crise de inicia com a renúncia de Jânio Quadros e a ameaça de guerra civil que se seguiu, sendo o episódio superado com a adoção do parlamentarismo, em um “útil e benéfico” recurso para evitar o choque armado. A paz estava estabelecida e com ela, a esperança de que uma nova vida pudesse se iniciar no país. Porém Pilla afirma que a crise política em curso não decorre do sistema, mas é “artificialmente provocada pelo sr. João Goulart, que não se conforma com haver apenas nominalmente perdido o poder pessoal e haver sido elevado a uma tão alta magistratura, que ele não chega, sequer, a conceber.” O propósito do presidente, segundo Pilla, é desmoralizar o sistema, que não funciona por culpa de Goulart. Com a desmoralização do governo parlamentar, seus próprios ministros também acabam desmoralizados por se prestarem a tão subalterno papel. Concluindo a coluna, Pilla afirma que a crise não é do parlamentarismo nem do país, mas da Presidência da República, inconformada, rebelde e ambiciosa por maiores poderes. A satisfação de Goulart estaria, portanto, em uma “democracia popular” tal qual Jânio Quadros.

A propaganda oficial a qual Pilla se refere no início da coluna vinha de pesados investimentos que os apoiadores de Goulart, muitas vezes com o uso da máquina pública, estavam fazendo para garantir a volta do presidencialismo. Em outubro de 1962, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) divulga a forma como a consulta seria feita¹⁰, sendo a questão que constaria na cédula de votação simplificada para “Aprova o Ato Adicional que instituiu o parlamentarismo?”, seguido de duas quadriculas com as opções de “Sim” e “Não” a serem marcadas (*Diário de Notícias*, 1962b, p. 3). Portanto, o NÃO era a opção que interessava a Goulart e interessados na volta do presidencialismo, cuja campanha contaria com a

⁹ Conforme observa Antonio Bueno (2006, p. 58), Raul Pilla porta-se como um eterno professor em muitas de suas manifestações públicas, apresentando a justiça e a verdade para a sociedade. A partir dessa “verdade”, deveria haver a formação de um juízo sobre a realidade e com isso, a construção e o desenvolvimento da justiça social. A última frase da coluna indica essa característica ao advertir o leitor sobre qual postura assumir no referendo.

¹⁰ “O senhor (a senhora) / Está de acordo com o Ato Adicional que implantou o parlamentarismo?” (*Diário de Notícias*, 1962a, p. 3).

coordenação financeira do banqueiro José Luiz Magalhães Pinto, presidente do Banco Nacional de Minas Gerais. Cinco agências de publicidade¹¹ seriam contratadas para, entre outras estratégias, apontar o parlamentarismo como a causa da inflação e da crise social, prática criticada por diversos órgãos de imprensa (MELO, 2009, p. 156), assim como por Pilla em sua coluna como indicado acima. Aviões da Força Aérea Brasileira também foram utilizados para permitir o deslocamento de agentes da campanha pelo NÃO, bem como a Rede Ferroviária Federal anuncia que concederia passagem gratuita para aqueles que precisassem se deslocar no dia do referendo para votar.

As ações empreendidas pelo governo federal para desgastar o sistema parlamentarista afetam tanto a política nacional a ponto dos libertadores optarem por uma decisão drástica. Em um *a pedido* (publicação paga) na contracapa do *Correio do Povo* do dia 30 de dezembro, o diretório regional do Partido Libertador comunica sua posição de forma clara e incisiva. “O plebiscito que se realizará no próximo dia 6 de janeiro é um ato inconstitucional e uma farsa”. Inconstitucional, pois a reforma do Ato Adicional que instaurara o parlamentarismo só poderia ser modificada por votação favorável de dois terços dos congressistas, pois se tratava de matéria constitucional e tal quórum não fora alcançado. Farsa, pois a população teria que optar entre um sistema que vigorou por 72 anos e outro que nunca foi aplicado de maneira adequado graças à má fé do governo. A publicação segue denunciando que enquanto o governo dispõe do dinheiro do povo para financiar sua campanha, os parlamentaristas contavam com “insignificantes minutos de rádio e TV, assegurados pela colenda Justiça Eleitoral” e que decidiram não os utilizar. Perante tal violência e imoralidade identificada pelos libertadores, o Diretório Nacional da legenda aconselhou, por orientação de seu presidente Raul Pilla, que seus correligionários se abstivessem de comparecer à consulta como forma de deixar evidente o repúdio ao processo. Como forma de incentivo para os libertadores se ausentarem do referendo, a nota termina indicando a tramitação de projeto de lei do senador Barros de Carvalho do PTB. A proposta anistia eleitores que se ausentaram do pleito de outubro de 1962 e por iniciativa de senadores do PL, será solicitado que a anistia seja estendida à convocação de 6 de janeiro de 1963 (CORREIO DO POVO, 1962, p. 44).

¹¹ Dennison para a TV, Standart Propaganda para a imprensa, Interamericana e MPM para rádio, jingles e músicas e Publicibrás para a coordenação política.

Em 4 de janeiro de 1963, dois dias antes do plebiscito, Pilla escreve no *Correio* sobre a consulta e reforça as indicações do *a pedido* que o diretório regional havia publicado em dezembro. O povo, sempre enganado e explorado segundo o político, não teria tempo de conhecer as vantagens do sistema parlamentarista mesmo se o plebiscito não tivesse sido adiantado. Novamente afirma que o sistema parlamentarista não funcionou no país não por algum defeito intrínseco, mas simplesmente porque Goulart não quis. Ao final da coluna, pondera:

Diante de tal situação, como devem proceder os cidadãos conscientes? Dúvida não pode haver: recusar-se a participar da impostura, cuja propaganda chega ao desplante de imputar ao suposto parlamentarismo não haver resolvido num ano o problema das secas no Nordeste, que o presidencialismo não foi capaz de resolver em quase setenta de absoluto domínio. Cumpre, assim, ou não comparecer, ou votar em branco, para acentuar o vício essencial do plebiscito, que é a resolução popular sem conhecimento de causa.

A coluna termina com o tom professoral já citado de Pilla, trazendo a “verdade” de que a consulta é uma farsa e indicando a conclusão de que é preciso boicotar o referendo com o voto em branco ou a abstenção (PILLA, 1963, p. 4).

Após a votação no domingo de 6 de janeiro de 1963, o cálculo final dos números foi amplamente favorável ao presidencialismo e por extensão, a Goulart. Como resultado nacional, o SIM obteve 2.073.582 votos (16,88%), enquanto o NÃO somou 9.457.448 votos (76,98%). Brancos e nulos tiveram 2,32 e 3,83% respectivamente. A abstenção foi de 33,82% dos eleitores registrados¹². Ainda em janeiro de 1963, uma nova emenda constitucional revogava o Ato Adicional e restabelece o presidencialismo no Brasil como sistema de governo¹³. Ainda que mínimo, a orientação de Pilla aos libertadores parece ter causado algum impacto nos números finais, já que no Rio Grande do Sul, os votos em branco somaram 5,08%, a maior porcentagem da opção entre os estados¹⁴.

¹²Resultado geral do referendo de 1963. Disponível em: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/referendo-de-1963>. Acesso em 20 fev. 2021.

¹³Câmara dos Deputados – Legislação – Emenda Constitucional n° 6, de 1963. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1960-1969/emendaconstitucional-6-23-janeiro-1963-363624-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 20 fev. 2021.

¹⁴ A segunda e terceira maiores votações em branco foram em Santa Catarina e Paraná, com 2,74 e 2,71% respectivamente. Os três estados do sul também foram responsáveis pelas maiores votações a favor do parlamentarismo, conforme vemos na ordenação a seguir: SC - 36,99%; RS – 26,91%; PR – 22%.

Considerações finais

Raul Pilla estava em uma situação incômoda. Claramente o parlamentarismo não vinha sendo regido de forma que funcionasse pelo governo e a propaganda maciça pelo NÃO durante a campanha para o referendo procurou atribuir ao sistema parlamentar a culpa pela crise no país. Sem os mesmos recursos, o SIM tinha pouca chance de reverter tal situação no pouco tempo disponível. Por outro lado, Pilla não poderia incentivar a volta ao presidencialismo, sistema que por anos considerou autoritário e repleto de vícios políticos. Se logo que o referendo teve a data marcada para janeiro de 1963, o político ainda acreditava que o Brasil poderia ser parlamentarista, a poucos dias do pleito, tal crença precisou ser abandonada. Ao indicar o voto em branco ou a abstenção aos libertadores e apoiadores, Pilla optou por um controle de danos para tentar salvar a imagem do parlamentarismo. A associação entre o PL e o regime de gabinete era tão estreita que um fracasso maior do sistema poderia comprometer a própria sobrevivência do partido, assim como poderia corroer o capital político de Pilla severamente. Obstinado, o político seguiria tentando implantar o sistema no Brasil nos anos seguintes, mas já com os militares no poder, essa seria uma causa perdida pelos próximos anos.

Artigo recebido em 01 de março de 2021.

Artigo aprovado para publicação em 29 de maio de 2021.

Referências

ALMEIDA, Alberto Carlos. “O período parlamentarista republicano: instituições híbridas e oposição ao sistema de governo”. *Revista de Sociologia e Política*, nº 4/5, Curitiba, 1995, p. 131-148.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BUENO, Antonio Avelange Padilha. *Raul Pilla: Aspectos de uma Biografia Política*. Dissertação (Mestrado). Departamento de História, PUCRS, Porto Alegre, 2006.

CINTRA, Antônio Octávio. “Presidencialismo e parlamentarismo: são importantes as instituições?” In: AVELAR, Lúcia Mercês de; CINTRA, Antônio Octávio. *Sistema político brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Ed. da UNESP, 2015. p 35-58.

DE GRANDI, Celito. *Diário de Notícias: o romance de um jornal*. Porto Alegre: L&PM, 2005.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. “Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 127-154.

FERREIRA, Jorge. “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 343-404

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Presidencialismo ou parlamentarismo?: Afonso Arinos de Melo Franco e Raul Pila*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1999.

GRIJÓ, Luiz Alberto. “A “Legalidade” na Imprensa”. In: NOLL, Maria Izabel et al. *O Movimento da Legalidade: Assembleia Legislativa e mobilização política*. Porto Alegre: Webprint, 2011. p. 29-60.

LE MOS, Renato. PILLA, Raul. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords) *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

MADURO, Lídice Aparecida Pontes. “Parlamentarismo no Brasil: experiência histórica”. *Revista de Ciência Política*. v. 31, n. especial, Rio de Janeiro: FGV, 1988, p. 89-154.

MELO, Demian Bezerra de. *O Plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFF, Niterói, 2009.

PAIXÃO, Cristiano; BARBOSA, Leonardo Augusto de Andrade. “Crise Política e Sistemas de Governo: origens da “Solução Parlamentarista” para a Crise Político-Institucional de 1961”. *Universitas JUS*, v. 24, n. 3, Brasília, 2013, p. 47-61.

PILLA, Raul. *Catecismo Parlamentarista*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1992.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do Jornalismo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

TAUFER, Paulo Roberto. *Partido Libertador: formação e atuação política*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UNISINOS, São Leopoldo, 2008.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. “Pierre Bourdieu: a teoria na prática”. *Revista de Administração Pública*, vol.40, n.1, Rio de Janeiro: FGV EBAPE, jan/fev 2006, p.27-53.

TORRES, Anderson Vargas. “Era o PL um partido regional? Mapeando eleitoralmente o Partido Libertador durante a Experiência Democrática brasileira (1945-1964)”. *Semina*, V. 19, n. 3, Passo Fundo: UPF, set/dez 2020, p. 57-74.

Fontes primárias

Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 fev. 2021.

Diário de Notícias, Porto Alegre, 21 de outubro de 1962a, p. 3.

Diário de Notícias, Porto Alegre, 27 de dezembro de 1962b, p. 3.

Acervo Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

Correio do Povo, Porto Alegre, 30 de dezembro de 1962, p. 44.

PILLA, Raul. “Microscópio: Involuntária confissão”. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 27 de setembro de 1962a, p. 4.

PILLA, Raul. “Microscópio: A crise”. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 30 de dezembro de 1962b, p. 4.

PILLA, Raul. “Microscópio: Contra o vício essencial”. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 4 de janeiro de 1963, p. 4.